HAL open science

Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: Uma análise pela teoria da reciprocidade

Eric Sabourin

To cite this version:

Eric Sabourin. Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: Uma análise pela teoria da reciprocidade. RELAER Revista Latinoamericana de Estudios Rurales, 2017, pp.1-21. hal-02794399

HAL Id: hal-02794399

https://hal.science/hal-02794399v1

Submitted on 5 Jun 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

ReLaER
ALASRU REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS RURALES

PRODUÇÃO CAMPONESA E SEGURIDADE ALIMENTAR NO BRASIL: UMA ANALISE PELA TEORIA DA RECIPROCIDADE

Peasant farming and food security in Brazil: an analysis through reciprocity theory

Eric Sabourin

Pesquisador CIRAD UMR ART-dev;
Professor Visitante no
Centro de Desenvolvimento
Sustentável, Universidade de Brasília.
eric.sabourin@cirad.fr

RECIBIDO: 20.09.16/ACEPTADO: 12.04.17

Resumo

Associar a noção de segurança alimentar ao termo de campesinato implica pensar em produzir também para além das famílias camponesas; quer dizer para redistribuir ou para comercializar para a população. Por isso o campesinato "produz para viver e alimentar". Mas como articular uma produção camponesa fundada na reciprocidade com a natureza e na solidariedade entre pares com um mercado nacional e internacional dominado e regulado pela troca mercantil? O artigo propõe, na sua primeira parte, responder a essa questão a partir dos fundamentos da antropologia econômica, mas também mobilizando elementos mais recentes da teoria da reciprocidade. Após Mauss, Polanyi teve um papel essencial com a proposta do conceito de economia substantiva e com a identificação da reciprocidade como modo de regulação da economia ao lado da troca e da redistribuição. A análise antropológica da reciprocidade foi completada nos anos 1990/2000 por

Temple prolongando Mauss e Levi-Strauss com a análise das estruturas elementares da reciprocidade. Hoje, essa análise estrutural permite procurar na pesquisa empírica, a natureza dos valores materiais, também aquela dos valores afetivos e éticos produzidos pelas relações de reciprocidade, das quais alguns exemplos no meio camponês brasileiro são apresentados na segunda parte. Na terceira parte pergunto por que se interessar pelas práticas e relações de reciprocidade hoje no século XXI e examino como tais relações de reciprocidade estão presentes em situações mistas, ao lado das relações de troca mercantil.

Palavras chaves: Agricultura Camponesa, Brasil, Políticas Publicas, Reciprocidade, Seguridade alimentar.

Abstract

To associate the notion of food security to the peasantry implies thinking also in produce beyond peasant families; it means to redistribute or to market the production to local population. So, the peasantry "produces to live and to feed." But how to articulate a peasant production based on reciprocity with nature and solidarity among peers with a national and international market dominated and regulated by market exchange? The paper proposes, in the first part, answer this question from the fundamentals of economic anthropology, but also mobilizing more recent elements of reciprocity theory. After Mauss, Polanyi played a key role with the proposal of the concept of substantive economy and the identification of reciprocity as a way of the economy regulation alongside the exchange and redistribution. Anthropological analysis of reciprocity was completed in the years 1990/2000 by Temple extending Mauss and Levi-Strauss with the analysis of the elementary structures of reciprocity. Today, this structural analysis allows us to search in empirical field-work, the nature of the material values but also that of the affective and ethical values produced by reciprocity relationship, of which some examples in the Brazilian rural area are presented in the second part. In the third part, I wonder why an interest in the reciprocity practices and relations in the XXI century and examine how such reciprocity relationships are present in mixed situations, next to the relationship of commodity exchange.

Key words: Peasant Agriculture, Brazil, Public Policies, Reciprocity, Food Security

INTRODUÇÃO

"Produzir para viver" é a base da economia camponesa; mas associar a noção de segurança alimentar ao termo de campesinato, também implica pensarem

produzir para além das famílias camponesas; quer dizer para redistribuir ou para comercialização. Por isso o campesinato "produz para viver e alimentar". Mas como articular uma produção camponesa fundada na reciprocidade com a natureza e na solidariedade entre pares com um mercado nacional e internacional dominado e regulado pela troca mercantil?

O artigo propõe, na sua primeira parte, responder a essa questão a partir dos fundamentos da antropologia econômica, também mobilizando elementos mais recentes da teoria da reciprocidade. Após Marcel Mauss (1924), Karl Polanyi (1944) teve um papel essencial com a proposta do conceito de economia substantiva e com a identificação da reciprocidade como modo de regulação da economia ao lado da troca e da redistribuição. A análise antropológica da reciprocidade foi completada nos anos 1990/2000 por Temple (2003) que, prolongando Mauss (1950) e Levi-Strauss (1967), caracterizou as estruturas elementares da reciprocidade.

Hoje, essa análise estrutural nos permite procurar na pesquisa empírica, a natureza dos valores materiais, mas também aquela dos valores afetivos e éticos produzidos pelas relações de reciprocidade, das quais alguns exemplos no meio camponês brasileiro são apresentados na segunda parte. Na terceira parte pergunto por que se interessar pelas práticas e relações de reciprocidade hoje no século XXI e examino como tais relações de reciprocidade estão presentes em situações mistas, ao lado das relações de troca mercantil. O principal intuito dessa reflexão é mostrar como, mesmo num contexto de economia mercantil, é possível articular troca e reciprocidade, de maneira a regular a lógica dominante de concorrência para a acumulação privada com uma lógica de economia solidaria.

A ECONOMIA DE RECIPROCIDADE

Karl Polanyi identificou a reciprocidade e a redistribuição como categorias econômicas específicas e diferentes da troca. Ele propôs uma tipologia dos sistemas econômicos considerando diferentes modos de institucionalização do processo econômico na sociedade. O que ele chamou de diversas formas de integração social: a reciprocidade é definida como os *movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos; a* redistribuição corresponde *"aos movimentos de apropriação em direção de um centro e, em seguida, desse em direção ao exterior"*; a troca é assimilada *"aos movimentos de vai-e-vem tais como a passagem de 'uma mão para outra' dos objetos em um sistema mercantil"* (Polanyi, 1957: p. 245).

Agregara em 1975 (*The livelihood of man*) a categoria de economia doméstica (*livelihood,* a subsistência ou o fato de produzir para viver), expressão de base e de realização de uma economia substantiva, que seria regulada pelo compartilhamento e a redistribuição (Polanyi, 2012).

Polanyi (2012) critica a definição formalista da economia escolha racional para alocação de recursos escassos (regulada pelo mercado de troca) e define a economia substantiva "como um processo instituído de interação entre o homem e o seu meio que resulta num suprimento continuo de meios que satisfazem as necessidades materiais" (p. 299).

O aspecto fundamental dessa visão da economia é a autonomia do mercado capitalista autorregulador o que não exclui a comercialização do excedente, o que corresponde com a situação da maioria das comunidades ou sociedades camponesas no mundo.

Essa concepção substantiva da economia por ser fundada em atividades de subsistência foi muitas vezes reduzida a autoprodução como autarquia, quando não a autolimitação da produção. É o caso das teorias da economia camponesa de Shanin ou Sahlins (1992) onde a ética da subsistência não parece relevar especificamente da definição substantiva da economia de Polanyi (2012), no sentido de autonomia. Esses autores fazem, sobretudo, referência aos trabalhos de Chayanov (1990) sobre a autolimitação da produção de caráter anti-risco, por meio do ajuste entre a produção, o trabalho e as necessidades do consumo familiar.

Temple (1983, 2003) estabeleceu uma crítica da aplicação por Sahlins (1992) das teses de Chayanov nas sociedades indígenas ou africanas, que ao contrário das comunidades camponesas da Rússia czarista ou comunista, não são todas condenadas à subsistência por causa das espoliações do Estado ou da dominação dos patrões e proprietários.

> *A regra de Chayanov supõe que se adote uma definição da produção econômica reservada à produção dos bens materiais. Todavia, essa restrição se torna difícil numa comunidade de reciprocidade onde as coisas só são boas para comer na medida em que elas são boas para doar* (Temple, 1983; tradução nossa, p. 50).

De fato, tanto Chayanov (1990) e Shanin (1971) a propósito da Rússia czarista ou leninista como Scott (1976) no sudeste asiático, foram confrontados a sistemas tributários extremamente desiguais (associando o que os marxistas chamaram de modo de produção camponês e modo de produção asiático).

No entanto, nesses sistemas, as comunidades camponesas dominadas e sujeitas a tributos, encontravam-se, muitas vezes, em situação de infrasubsistência.

Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas e entre grupos (Malinowski, 1933), em particular nas sociedades indígenas e camponesas. Paradoxalmente, procurando colocar a dadiva na origem da troca no Ensaio sobre a Dadiva, Mauss (1989) mostra que a dádiva é oposta à troca mercantil. Mas ele demonstra igualmente, através da formulação da tríplice obrigação *dar, receber e retribuir* que é a reciprocidade que está no início dos ciclos de dádiva (Mauss, 1989, p.185). Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos.

Lévi-Strauss, (1950) criticará Mauss por não ter percebido que é a troca e não um sistema qualquer de crenças indígenas (o espírito da dádiva ou o *mana*) que constitui a estrutura subjacente às três obrigações de "dar, receber e retribuir". Ele critica, na verdade, Mauss por não ter postulado a troca no centro da função simbólica. No entanto associando aliança e parentesco à tripla obrigação: dar, receber e retribuir, Mauss traçou um programa que Lévi-Strauss retoma nas *Estruturas elementares do parentesco* (1949), ordenando as relações de parentesco ao princípio de reciprocidade. Lévi-Strauss reconhece, portanto, a reciprocidade como estrutura elementar, pelo menos do parentesco, mas para submetê-la a uma estrutura generalizada da troca, inclusive sob suas formas simbólicas.

Temple et Chabal (1995) propõem ampliar o conceito de reciprocidade como correspondendo ao redobramento de todo ato com vista a criação de laço social.

O primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade de Temple (2003) envolve a definição do conceito do ponto de vista sócio antropológico. *O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos.* O reducionismo dessa definição que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951) a qual faz aparecer um Terceiro incluído na relação de reciprocidade. Permite, assim, interpretá-lo como o "ser" dessa relação e dar conta dela como de estrutura originária da intersubjetividade,

irredutível à troca de bens ou de serviços que libera do laço social ou da dívida.

Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil como havia identificado Polanyi, mas um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagônico da troca.

Por outra parte, *as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas,* no sentido antropológico do termo. Assim, elas podem ser declinadas segundo algumas estruturas elementares (Temple, 1998). As relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica são aquelas que geram valores afetivos e éticos como o havia identificado Aristóteles no livro *Ética á Nicômaco* (1994). A relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a relação de compartilhamento produz confiança e a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação, organizadas segundo outras estruturas, podem produzir outros valores específicos.

O CAMPONÊS E A RECIPROCIDADE NO BRASIL

A ajuda mútua é reconhecida como uma forma de cooperação, de organização do trabalho relevando da reciprocidade ou da solidariedade na produção (Alberti et al., 1974).

De fato, a relação de ajuda coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos. Assim, ela se diferencia da troca ou do comércio na medida em que, precisamente, não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida, que liberaria o beneficiário da sua dívida. De certo, existe uma espera de retorno no que tange a ajuda, ainda mais que a pressão social, os valores da honra e de prestígio colaboram para isto, porém sem que haja nada de contratual, nem obrigatório. Além do mais, ela pode ser diferida, assumida por outro membro da família ou ainda ser uma prestação de natureza diferente, como uma dádiva de semente, um gesto de amizade.

No caso da ajuda mútua agrícola e na medida em que essas formas de relações são recorrentes e universais, podemos afirmar que estamos nos deparando com estruturas elementares de reciprocidade binária.

As estruturas simétricas associadas à ajuda mútua apresentam três variações principais:

a. prestações de ajuda cotidianas dentro da família nuclear ou estendida. É por exemplo o que, nos Andes, Mayer (2002) chama de *voluntária* e que ele define como a realização de uma obrigação decorrente de uma relação social como o parentesco;

b. prestações mútuas de trabalho entre famílias associadas com prestações alimentares ou boas refeições. É o *Wajé-wajé*, o *Ayni* ou a *Minka* nos Andes (Mayer, 2002) o *mutirão* ou o '*ajudatório*' no Brasil (Menezes, 2006),

c. prestações de trabalho que implicam o conjunto das famílias da comunidade sob forma de obras coletivas (variantes do *mutirão* ou da *minka*) : ou para uma só família, mas de cada vez, o que pode beneficiar todas as famílias do grupo (*boi roubado* no Nordeste) (Sabourin, 2007), ou para a comunidade no seu conjunto como a construção, realização, manutenção e gestão do bens comuns de equipamentos coletivos de produção ou sociais. (Caldeira, 1957, Galvão, 1959, Sabourin, 2009).

O termo "mutirão" designa dois tipos de cooperação camponesa de origem autóctone. A primeira diz respeito aos bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de uma rodovia, escola, barragem ou cisterna), a outra aos convites para trabalhar em benefício de uma família, em geral para trabalhos penosos (desmatar um terreno, montar uma cerca, construir uma casa) (Sabourin, 2007, 2009).

Segundo Beaurepaire (1956), a palavra "mutirão" utilizada em todo o Brasil, viria do guarani *potirom*, que significa "mãos à obra". Também é chamado de "batalhão" em Massaroca (Juazeiro-Bahia) e "boleia" ou "balaio" em outras regiões da Bahia. De fato, a família beneficiária oferecia uma cesta de alimentos (chamada de "balaio") para os trabalhadores. Em Pintadas, fala-se de "boi roubado", pois antigamente o agricultor beneficiário da ajuda mútua tinha de sacrificar um boi; hoje, ele oferece, sobretudo, cachaça ou cerveja.

Às vezes, esta prática é associada à festa que motiva a ajuda mútua recíproca. No caso do mutirão, o número de diárias de trabalho por família não é contabilizado. Todavia, a pressão social supõe a participação de todas as famílias da comunidade. Os homens jovens e adultos são mobilizados para os trabalhos pesados; crianças e adolescentes cuidam da limpeza dos pontos de água; as mulheres raspam a mandioca na hora de torrar a farinha. Se alguma forma de concorrência pode existir, é na redistribuição de alimentos ou bebidas pela família que acolhe. A prodigalidade confere prestígio e reputação, que são sinônimos de autoridade e poder nos sistemas de reciprocidade.

A ajuda mútua corresponde as pelo menos três tipos de estruturas elementares de reciprocidade:

a. *a reciprocidade binária* quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, geralmente entre vizinhos e compadres. Nesta estrutura de aliança, que pode ser simétrica (entre pares) ou assimétrica (uma família pode fornecer mais trabalho ou produtos, conforme seu tamanho ou sua riqueza), o principal sentimento produzido pela relação de reciprocidade é a amizade, que se institucionaliza nas relações de compadrio e apadrinhamento mútuo das crianças, dando origem a uma extensão das relações de parentesco.

b. *o compartilhamento do trabalho* constitui uma estrutura específica: cada um dá à comunidade e recebe dos demais. Quando todas as famílias da comunidade ou todos os membros do grupo se mobilizam para realizar um trabalho em benefício de um agricultor (desmatar uma parcela de terra, cavar um poço,...), realiza-se um compartilhamento bilateral que gera amizade e aliança. Nesta estrutura, a relação de reciprocidade pode também produzir prestígio para o donatário quando este oferece aos parceiros e convidados, bebidas, alimentos especiais, um banquete ou uma festa. As relações, nesta estrutura, não apenas produzem amizade como também a confiança entre seus membros. Quem não participa perde prestígio e honra.

c. A reciprocidade ternária unilateral em particular para formas de ajuda mútua entre gerações. Por exemplo, quando se trata de construir a casa de um jovem casal, o compartilhamento é unilateral. De fato, Temple (2003) lembra que não é a casa dos casais dos pais que é construída, mas geralmente a de seus filhos.

Por outro lado, no nordeste do Brasil, o manejo coletivo das infraestruturas comunitárias envolvia tradicionalmente os pastos coletivos e os pontos de água: cacimbas nos aluviões, lagoas e barragens de terra; estas infraestruturas beneficiam todos os membros da comunidade. Em contrapartida, estes devem assumir alguns deveres: participar da manutenção e limpeza, respeitar as utilizações dos pontos de água (alguns são reservados à lavagem de roupa, ao banho, outros à água potável e aos animais). Na manutenção do açude, cada grupo assume uma tarefa especifica por faixa etária: os homens cavam, as mulheres e as crianças limpam a área e os jovens carregam a terra. Esta forma de manejo dos recursos coletivos e dos bens comuns corresponde a uma

estrutura de reciprocidade ternária mais complexa do que a ajuda mútua binária simples.

Para essa região, as especulações fundiárias das zonas de implantação de perímetros irrigados trouxeram invasões ilegais e apropriação privada das terras comunitárias, os *fundos de pasto*. A solução negociada entre o Estado e os camponeses do norte da Bahia – atribuição de títulos coletivos de propriedade dessas partes comuns para as associações de produtores – constituiu um precedente em matéria de reforma agrária sustentável e local (Sabourin e Caron, 2009).

Na região de Juazeiro, Senhor do Bonfim, Uauá, essa legislação permitiu reconstituir um corpo de regras coletivas de compartilhamento e responsabilidade, através de uma forma de organização nova, a associação. De fato, há atualização, não das estruturas, mas do quadro da partilha, de receptor da relação de reciprocidade.

No Estado da Bahia, instituindo o reconhecimento jurídico da propriedade coletiva dessas terras, permitiu que as associações de produtores se beneficiassem com ajudas e financiamentos reservados aos beneficiários da Lei de Reforma Agrária. Foi o caso em matéria de infraestrutura, em particular no que tange os recursos hídricos (poços, barragens, pequena irrigação com bombas ou sifão).

Ainda no Nordeste do Brasil, o Estado da Paraíba reconheceu e financiou os bancos de sementes comunitários destinados à conservação e produção de variedades locais de milho e de feijão, por motivos de segurança alimentar e considerações ecológicas em termos de conservação da biodiversidade (Sabourin, 2003, 2008).

As práticas de gestão compartilhada não são todas observáveis na escala da comunidade local: existe uma repartição espacial e temporal do acesso ao recurso. Por exemplo, para a floresta seca, a caatinga e a água, essa regulação se exerce mais facilmente em grandes superfícies, na escala da microrregião ou da bacia, do que dentro de uma única comunidade.

Da mesma forma, no caso dos fundos de pasto, a repartição dos animais entre os descendentes por meio do dote e das dádivas para cada filho no momento do seu nascimento são práticas destinadas a limitar o acúmulo de gado no nível de uma só geração, assegurando assim a capacidade de produção da próxima geração. Assim, as comunidades camponesas criaram uma série de mecanismos que permitem que cada um – cada família participante desse

sistema de reciprocidade – possa produzir e consumir de acordo com as suas necessidades (Sabourin, 2007, 2010).

É precisamente no campo do manejo dos recursos coletivos que as organizações profissionais de agricultores e pecuaristas podem, às vezes, conduzir à adaptação ou a atualizações das regras de reciprocidade. Essas organizações constituem um espaço jurídico local, reconhecido politicamente pela sociedade e pelo Estado, o que não é o caso das estruturas comunitárias informais. Além do mais, elas oferecem um quadro regulamentar capaz de adaptar novas normas e regras de gestão, capazes de serem sistematizadas, e, se não entendidas, pelo menos respeitadas, ou até mesmo aceitas pela sociedade global (Sabourin, 2003).

Por último, a transmissão do patrimônio releva de uma estrutura de reciprocidade que faz intervir três partes, geralmente as três gerações de uma mesma família que convivem, uma parte da sua vida na mesma propriedade, unidade familiar ou comunidade.

Essa transmissão de patrimônio se aplica para recursos materiais (terra, animais, casas, dinheiro) e para recursos imateriais (conhecimentos, saberes, cargos) e simbólicos (rituais de iniciação, religião).

As principais transmissões correspondem às grandes etapas da vida. No momento do seu nascimento, as crianças já recebem uma dotação de animais, dos quais guardarão a descendência para poder constituir seu próprio rebanho. Os animais podem ser marcados com o ferro de cada filho ou filha.

A iniciação dos jovens da infância e adolescência até a idade adulta assegura a transmissão de saberes e conhecimentos ligados à produção e à subsistência alimentar (técnicas produtivas, meteorologia, ecologia, solos e vegetação, fauna, caça e pesca, processamento de alimentos, cozinha e receitas), as regras educativas, éticas, de convivência familiar e comunitária, e também a saberes especializados (plantas medicinais, curandeirismo, religião, etc.) e simbólicos. São geralmente associados a rituais religiosos ou específicos das fases da iniciação.

Outras formas de transmissão de patrimônio marcam as fases da vida, o enxoval das jovens mulheres no momento do casamento, a construção da casa do jovem casal, a herança com diversas regras de atribuição, em particular dos cargos e responsabilidade e do manejo das terras. Algumas práticas de solidariedade familiar têm a ver com eventos excepcionais, como doação de alimentos, de crias de animais ou sementes em anos ruins ou casos de doença. Essas práticas podem ser interpretadas em termos de compartilhamento de

saberes entre gerações, mas correspondem a uma estrutura ternária de reciprocidade: geram sentimentos de responsabilidade (entre gerações) e de justiça (repartição de recursos de acordo com as necessidades ou possibilidades).

INTERFACE ENTRE TROCA E RECIPROCIDADE

A identificação da permanência de relações econômicas de reciprocidade é muitas vezes associada à constatação da sua substituição por relações de troca. Portanto, uma primeira questão a ser respondida é aquela do interesse ou dos motivos para preservar práticas e relações de reciprocidade.

A segunda questão se tiver algum interesse em manter relações de reciprocidade, é examinar como consegui-lo e evitar sua destruição e substituição por relações de troca mercantil.

Mas porque preservar os sistemas econômicos de reciprocidade? O fato de constituir uma herança do passado e da identidade cultural dos povos e das comunidades tradicionais ou camponesas pode ser um argumento determinante para preservar praticas e relações de reciprocidade. Más teria que confirmar que tais relações possam ainda funcionar nas condições atuais e prestar algum serviço a essas comunidades e sociedade.

Outro motivo importante seria porque as relações de reciprocidade estão sendo destruídas pela extensão da troca mercantil. Porém, cabe mencionar que isto tem que ser formulado em termos de escolha de sociedade, pois a preferência pela troca mercantil, pode ser também uma opção de humanidade.Na realidade, nada permite afirmar que a prática dominante da troca mercantil seja uma opção das comunidades tradicionais e camponesas. As comunidades de reciprocidade nunca foram consultadas sobre essas opções. Quando são consultadas para definir projetos econômicos, raramente é apresentada ou colocada a opção pela economia de reciprocidade ou economia solidária.

As regras econômicas e as políticas públicas dominantes só se referem às leis da troca. Em conseqüência, toda prática econômica termina sendo regulada precisamente pelo contrário da reciprocidade, quer dizer, pela concorrência na relação de acumulação do lucro e de privatização dos recursos. Essa naturalização da troca como prática e norma universal levou ao desenvolvimento dos interesses individuais e, concretamente, a idéia de levar vantagem sobre os outros. Temos inúmeros exemplos dessas práticas na vida

cotidiana, nos projetos de manejo de recursos naturais e inclusive nas opções em matéria de equipamentos coletivos, propostas pelos programas de desenvolvimento.

Como explicar que sempre quando possível, as comunidades tradicionais tentaram preservar as práticas de reciprocidade? A cada vez que uma análise rigorosa foi conduzida sobre essas práticas, os atores envolvidos avançam no fato ou no argumento das virtudes humanas e éticas associadas a essas relações (Temple, 2003, 2010; Sabourin, 2011).

A prática de reciprocidade gera a reprodução dos ciclos de reciprocidade e de solidariedade.

As relações simétricas geram recursos materiais e instrumentais, também, produzem sentimentos e valores humanos. Empiricamente, as comunidades tradicionais tenham associado à produção conjunta de valores éticos a essas estruturas. Assim, a reprodução dos dispositivos econômicos de reciprocidade garante a reprodução dos ciclos materiais e dos valores éticos, que correspondem a valores de civilização.

Hoje não há quase mais sociedades funcionando em economia de reciprocidade pura. As práticas econômicas e sociais descritas acima constituem, sobretudo, bases para pensar o futuro das relações econômicas, alternativas a desumanização da extensão do capitalismo e da troca mercantil e o que fazer depois da próxima crise financeira que ameaça ser fatal para nossas economias.

Por outra parte, estamos aqui falando de teoria. Reciprocidade e troca são modelos teóricos, quando a realidade é plural e mista.

No caso da agricultura e da sociedade rural do Brasil, a teoria da reciprocidade tem contribuído para interpretar as dinâmicas da agricultura familiar e das comunidades tradicionais em termos de sistemas socioeconômicos mistos, quer dizer, sistemas mistos para qualificar situações e estruturas que associam práticas de troca mercantil e práticas de reciprocidade (Sabourin, 2009 e 2011).

Os sistemas mistos podem ser declinados em termos de modalidades de articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade. Encontramos três principais tipos de interface ou de articulação entre as duas lógicas (troca e reciprocidade):

I. *a justaposição de mundos paralelos*: as práticas de troca e de reciprocidade coexistem sem se misturar, ou até ignorando-se (no

caso de comunidades isoladas, quilombolas, comunidades indígenas ou camponesas mais tradicionais ou das novas aglomerações de pobres desconectados do resto do sistema, como nas favelas, por exemplo);

II. *a contradição entre lógicas de troca e de reciprocidade,* com dois tipos de conseqüência: paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra. Esse segundo fenômeno é clássico do confronto entre práticas de reciprocidade e de troca no Brasil, que leva ao domínio da troca mercantil e ao fim das relações de reciprocidade. Pode também corresponder à coabitação de práticas de reciprocidade alienadas: dominação paternalista e clientelismo ao serviço da exploração capitalista (Geffray, 2007 e Sabourin, 2008). A particularidade desse mecanismo de representação do mundo e de prática das relações é sua capilaridade na população e sua resistência a critica social que seja marxista, humanista ou pelos direitos humanos (Sabourin, 2011).

III. *a complementaridade reversível*: as práticas de troca e de reciprocidade sendo reconhecidas como diferenciadas, os atores as articulam de maneira complementar na base de uma interface ou articulação de sistema. Isto é, por exemplo, quando uma instituição, uma legislação ou uma política pública regula a articulação entre as duas lógicas;

Portanto, a coexistência pode ocorrer de maneira paralela e separada; pode dar lugar à tensões por conta do antagonismo entre os dois sistemas econômicos; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade com as práticas de troca, sem que uma destrua a outra.

A comercialização dos produtos é um ato de troca, mas que pode incorporar também uma relação de reciprocidade. É particularmente o caso da venda direta, e também de relações de reciprocidade preservadas ou reconstruídas, em particular no caso do comércio justo e da economia solidária.

A venda direta é uma prática comercial que permite o encontro entre o produtor e o consumidor, quer na venda na unidade de produção, na feira do produtor ou nos mercados de proximidade. Existe sim uma relação de troca; mas o contato direto entre produtor e comprador permite de redobrar essa relação de troca de uma relação de reciprocidade binária (de cara a cara) que gera, no mínimo, valores afetivos: sentimentos de conhecimento mútuo, de

reconhecimento mútuo e até de amizade ou valores éticos de respeito mútuo e de fidelidade.

Muitas vezes (em todas as feiras do Brasil onde passei pelo menos), o produtor marca essa relação diferenciada de reciprocidade associada à relação de troca por uma dádiva simbólica, um punhado de feijão, uma fruta ou um tomate a mais.

Partindo da análise dos mercados africanos e andinos, Temple (2003) propõe a noção de mercado de reciprocidade. Neste, as prestações recíprocas entre parceiros não são estabelecidas pela relação entre a oferta e a demanda, e sim pelas necessidades mútuas dos protagonistas, medidas através de equivalências. Essas equivalências podem ser de volume ou de quantidade (cabaças, cestas, punhados, litro ou lata vazia de leite) ou simbólicas, mediante objetos raros ou prestigiosos (búzios, penas de pássaros amazônicos, moedas rituais, etc.).

Temple (2003, p. 12) escreve:

> *Nos mercados de reciprocidade, o compartilhamento abre espaço para a reciprocidade generalizada, na medida em que cada um doa a alguns parceiros aliados e recebe de outros parceiros (...). Como o que se deve e pode ser doado a cada um varia conforme as comunidades, as equivalências de reciprocidade variam também. Porém, as comunidades tendem para a reciprocidade entre si, e às equivalências de reciprocidade mais comuns logo se tornam referências para o mercado: é a moeda de reciprocidade (tradução livre).*

Outro exemplo é a dos circuitos de comercialização curtos, socialmente controlados pelos produtores mediante suas redes e organizações ou por cooperativas de consumo[1]. Pode-se citar os casos dos mercados camponeses, das cestas camponesas e da acolhida camponesa no Estado de Santa Catarina, inspirado nas experiências européias mantidas por associações mistas (de agricultores e consumidores). Os agricultores das feiras agroecológicas do Nordeste se organizaram também em associação para melhorar as infraestruturas desses mercados e para organizar a certificação social da qualidade agroecológica (Sabourin, 2009).

Tais situações de contato direto entre produtor e consumidor dão lugar a relações humanas (conversas e explicações em torno do produto, dos

[1] Ou pelas duas em conjunto como é o caso na região de Porto Alegre entre cooperativas de assentamentos do MST e cooperativas de consumidores.

processos, das receitas) que geram também sentimentos de proximidade, amizade e valores de confiança e de fidelidade entre produtor e consumidor.

Quando a relação direta (mediante o encontro físico entre produtor e consumidor) não é mais possível, existe a figura da intermediação qualificada e interpessoal, com o sistema de corretagem ou com a certificação participativa ou social. O corretor permite estabelecer uma relação de *reciprocidade ternária* mediante o interconhecimento e a informação qualificada sobre a qualidade do produto e do produtor (e a qualidade e solvabilidade do comprador). Tal estrutura elementar de reciprocidade produz valores éticos: produz confiança e responsabilidade e gera reputação do produtor como do corretor, fontes de prestígio e de poder, no sistema de reciprocidade. É também um dos mecanismos na base do efeito "rede".

Certos dispositivos de interface permitem articular o sistema de troca com os de reciprocidade de maneira positiva ou até complementar. Existem várias formas de regulação da interface troca/ reciprocidade mediante regras comuns, instituições, legislação ou política pública que vem regular a articulação entre as duas lógicas.

Assim, as regras tradicionais podem assegurar a interface de sistema em quanto existe uma possibilidade do controle de sua aplicação pela comunidade; a lei, tais como a legislação sobre as terras indígenas, quilombolas ou de reforma agrária; os dispositivos de qualificação, são mecanismos de articulação que introduzem uma dose de reciprocidade em relações mercantis, reduzem o efeito da concorrência da troca mercantil, protegem a origem e os processos dos produtos locais, idem para certificação, em particular quando é realizada pelas organizações de produtores e não por firmas privadas.

Há também, em torno da idéia de produtos de qualidade associados a territórios específicos, um potencial de criação de territorialidades socioeconômicas e culturais, por meio da relação entre homens, produtos, culturas, identidades e regiões diversificadas.

No estado da Paraíba, no nordeste do Brasil, os mercados de produtos agroecológicos[2] se inscrevem na estratégia do Pólo Sindical da Borborema (PSB) para aumentar a autonomia dos agricultores familiares face às redes clássicas que eles não controlam. A iniciativa provém da demanda local em produtos agroecológicos e dos limites das organizações camponesas para se

[2] Mercados de venda direta de produtos da agroecologia (forma de agricultura ecológica com base biológica e sem insumos químicos) pelos agricultores familiares.

implantar nas centrais de abastecimento (CEASA) das capitais regionais (João Pessoa, Campina Grande e Recife).

Inicialmente realizado a título experimental durante as festas de fim de ano de 2001, o mercado agroecológico de Lagoa Seca se tornou permanente. Essa iniciativa levou um grupo de agricultores a se estruturar mediante a criação de uma associação e a adotar regras e normas comuns em termos de estratégia comercial.

O Polo Sindical da Borborema (PSB) negociou a implantação de um mercado agroecológico com a prefeitura de Campina Grande. Dentro do pólo urbano regional, esse mercado tem um valor de "vitrine". Incentiva a participação dos agricultores convertidos à agroecologia que não são bastante numerosos em seu município, para constituir um mercado diferenciado.

O público visado é de condição modesta e os preços praticados não são tão diferentes dos mesmos produtos convencionais encontrados nos outros mercados regionais. Eles permanecem inferiores aos preços dos mesmos produtos convencionais nos supermercados.

Com a iniciativa do PSB, foi possível constituir uma associação regional de agricultores agroecológicos e estruturar um processo de certificação da qualidade.

A certificação dos produtos não é confiada a um certificador privado externo, o que aumentaria os custos e o preço de venda. Trata-se de uma certificação social ou de grupo, garantida por comissões de agricultores designadas pela associação dos produtores agroecológicos e hoje reconhecida publicamente para a venda direta. Cada agricultor podendo se ver na posição ora de avaliador, ora de avaliado, os riscos de fraude são limitados, já que o interesse primordial consiste em manter uma clientela ainda frágil, ou seja, em não mentir sobre a qualidade.

Esses mercados funcionam graças à implicação de algumas famílias que cuidam do respeito pelas regras. Outros participantes, menos implicados ideologicamente, fazem prova de oportunismo. Seu interesse pela agroecologia depende mais da emergência de uma demanda por parte dos consumidores e do acesso a uma forma de comercialização melhor remunerada que a venda aos atacadistas.

Esse sistema de certificação mútua (ou recíproca) tem a vantagem de ser gratuito, de não aumentar o custo de produção e de não comprometer os agricultores na dependência de firmas de certificação. No processo de

certificação social, o controle da qualidade se torna inerente à estrutura de produção se esta se vê reposicionada em um sistema de reciprocidade.

A política de qualificação (o selo de garantia), em si, limita os efeitos de concorrência e de especulação da troca capitalista. Quando o nome do produtor está em jogo, são as relações de reciprocidade que geram os valores de reputação, de honra e de responsabilidade. São geralmente esses valores que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de procedência. As empresas capitalistas identificaram esses valores humanos para transformá-los em serviço mercantil de verificação. Mas, de fato, para produtos agroalimentares, a sanção é primeiro a do consumidor e a garantia de qualidade é, muitas vezes, inerente ao processo de produção.

Portanto, existem no Brasil cada vez mais iniciativas de implantação de sistemas de certificação social e de certificação participativa entre produtores e consumidores (Sabourin, 2012).

As políticas públicas de regulação são também mecanismos que permitem articular lógicas de reciprocidade ou de redistribuição com a lógica da troca e da concorrência (Sabourin, 2013). É o caso dos instrumentos de garantia de preços e das políticas de compras públicas para a agricultura familiar. Por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representa uma verdadeira ferramenta adaptada ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa em despeito de recursos ainda muito limitados (Delgado et al, 2007; Chmielewska e Souza, 2010). O Programa compra a preço garantido todos os tipos de produtos da agricultura familiar, incluindo os que não exigem o recurso ao crédito (cultivos alimentares) e os produtos transformados na unidade (queijos, doces, açúcar mascavo, etc.). Diante do sucesso desse programa amplamente aprovado pelas organizações camponesas, o governo resolveu aumentar o teto por família (até 8.000 reais/família/ano, combinando várias modalidades), multiplicar os recursos e diversificar a gama dos produtos e das modalidades de acesso, em particular por meio das organizações sindicais e cooperativas (MDS-PAA, 2010).

Os mercados públicos gerados pelas coletividades locais, em interação com as organizações de agricultores, oferecem diversas vantagens: encurtar redes, reduzir os custos de transação, facilitar o controle de qualidade preservando territorialidades econômicas de reciprocidade.

Podem-se mencionar também as políticas de micro crédito popular subsidiado ou de economia solidaria (Singer, 2002; Martins & Nunes Ferreira, 2004; Laville, 2002; Girard Nunes, 2007). São tantos dispositivos e mecanismos que

introduzem uma dose de reciprocidade ou de redistribuição em sistemas de troca.

CONCLUSÃO

A análise e a valorização das práticas econômicas de reciprocidade herdadas dos povos tradicionais e das comunidades camponesas ou rurais constituem, em primeiro lugar, um desafio para a pesquisa e a extensão.

Precisamos de métodos para saber reconhecer as práticas de reciprocidade que ainda existem e qualificar suas características. Precisamos saber ler as estruturas de reciprocidade. Isto passa também pela identificação dos sentimentos e valores produzidos pela repetição das relações de reciprocidade. Finalmente precisamos ouvir e entender os ensinamentos, mas também as demandas, os projetos de vida e os projetos econômicos das comunidades rurais e dos povos tradicionais.

O importante é identificar as relações de reciprocidade e associar os sentimentos e valores gerados por elas. Mas nem sempre se trata ou se pode reproduzi-las da mesma forma como funcionaram no passado Cabe lembrar que relações de reciprocidade tradicionais podem ser atualizadas ou reconstruídas através de estruturas institucionais novas: as caixas de seguro mútua, os grupos de microcrédito ou fundos rotativos, são exemplos, embora, hoje, essas experiências não mobilizem ou utilizem a teoria da reciprocidade para justificar ou argumentar suas propostas.

Finalmente a herança e valorização das relações de reciprocidade representam também um desafio para as políticas públicas. Trata-se de evitar uma leitura da economia e das relações sociais apenas formatadas pela lente da troca e da concorrência. Cabe, também, evitar destruir as poucas e ultimas práticas econômicas de reciprocidade que ainda existem. Finalmente, na hora de estabelecer políticas regulatórias, precisamos ter a mente a possibilidade de atualizar ou "modernizar" as regras e práticas de reciprocidade mediante novos tipos de dispositivos.

BIBLIOGRAFIA

Alberti G., Mayer E. y Fonseca C. (1974). *Reciprocidad e intercambio en los Andes peruanos*, Lima, Péru: IEP.

Aristóteles (1994). *Ethique à Nicomaque*, V, 8, Paris: Vrin: 1132 b- 1133.

Beaurepaire, R. de (1956). *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Salvador-Bahia: Livraria Progresso Editora, *ed . originale 1889*.

Ministério Do Desenvolvimento Social. Grupo Gestor – PAA (2010). *Balanço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2010, Relatório descritivo*. Brasília: MDS.

Caldeira C. (1957). *Mutirão, formas de ajuda mutua no meio rural.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Galvão H.(1959). *O Mutirão no Nordeste*. MINAGRI, Serviço de Informação agrícola: Natal UFRN.

Geffray C., (2007). *A opressão paternalista: Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro*.Rio de Janeiro: Educam-Editora universitária Candido Mendes

Girard F. e Nunes, C. (2007). « Politiques publiques en faveur de l'économie solidaire au Brésil », *Tiers Monde* , n°190 : 379-399

Laville, J. L. (2002). "Economia solidária, a perspectiva européia", *Sociedade e Estado*, vol 1-2, n°16: 57-99.

Lévi-Strauss C.(1967). Les cycles de la réciprocité. Mouton : La Haye.

Lévi-Strauss C. (1950). « Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss ». En Mauss, M. (ed.) *Sociologie et Anthropologie*. Paris : Presses universitaires de France : ix-lii

Lupasco S. (1951). *Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie*. Paris : Herman

Malinowski, B. (1963). *Les argonautes du Pacifique Occidental*. Paris : Payot (ed orig. Argonauts of the Western Pacific, London, Routledge)

Martins P. H. ; Nunes Ferreira B. (Ed.) (2004). *A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15.

Mauss M. (2003). "*Ensaio sobre a Dádiva*", In: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac e Naify: 183-294.

Mauss, M. (1968-1969). *Œuvres*, Volume III. Paris: Ed. de Minuit

Mayer E. (2002). *The articulated peasants: household economies in the Andes*. Boulder: Westview Press.

Menezes, M. A. (2006). "A reciprocidade e a economia moral; repensando o campesinato". Em: Martins. P, H. & Campos B, C,. (Eds.) *Polifonia do Dom*. Recife: Ed. UFPE: 209-234.

Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate a Fome, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, (2004). Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004, Brasília, MDS SENARC.

Ostrom, E. (2003). Towards a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation. In: E. Ostrom & Walker (ed.) *Trust and Reciprocity: Interdisciplinary Lessons for Experimental Research.* New York: Russell Sage Foundation: 19-78.

Polanyi K. (2012). "A economia como processo instituído", in *A subsistência do homem e ensaios correlatos.* Rio de Janeiro: Editora Contraponto: 51-108.

Polanyi K. and Arensberg C. (ed.) (1957). *Trade and Market in the Early empires. Economics in History and Theory.* New York: The Free Press.

Polanyi K.(1983). *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps.* Paris : Gallimard.

Sabourin E**.** (2013) Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. Em: Conterato M., Niederle P., Triches R., Marques F., Schultz G. (Eds). *Mercados e Agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos.*Brasil: Via Sapiens: 190-210..

Sabourin E. (2010). Dispositivos coletivos de apoio a produção e dinâmicas territoriais. *Raizes. Revista de ciências sociais e econômicas*, *29* (1-2): 154-165.

Sabourin, E (2012). A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. *REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, *4* (2): 83-104

Sabourin E. (2003). Mudanças sociais, organização de produtores e intervenção externa. Em Caron & Sabourin (eds). *Camponeses do Sertão.* Brasilia: Embrapa/ Cirad: 145-178.

Sabourin E. (2010). "Multifuncionalidade e relações não mercantis: manejo de recursos naturais no Nordeste". *Cadernos do CRH,v 23*, n° 58: 151-169.

Sabourin, E.(2009). *Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade.* Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária.

Sabourin, E. (2007). « L'entraide agricole, entre échange et réciprocité ». *Revue du Mauss Semestrielle* ,n°30 : 198-217

Sabourin E., Caron P., (2009). "Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia". Em Godoi, E.P; Menezes, M.A & Marin, R A (eds.) *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Vol II Estratégias de reprodução social.* São Paulo: Ed. UNESP, Nead: 89-115.

Sabourin, E. (2011). *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.* Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Sabourin, E., (2006). Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. Em Schneider Sergio (org.) *A diversidade agricultura familiar.* Porto Alegre: Ed. UFRGS: 108-132.,

Sabourin, E. (2013). Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais. *Ruris, vol. 6*, n°2, pp. 53-90. Recuperado de http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1510/1021

Singer P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.

Temple D. (1997). « L'économie humaine », *La revue du MAUSS , 10*, (1) : 103-109

Temple D. (1998). « Les structures élémentaires de la réciprocité », La *Revue du MAUSS* 12, 2 : 234-242,

Temple D. (2003). *Teoría de la Reciprocidad*. La Paz, Bolivia: PADEP/ GTZ.

Temple D. et Chabal, M. (1995). *La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine*. Paris : l'Harmattan.

Temple D. (2004). Séminaire sur la Réciprocité. Recuperado el 5 de mayo de 2014 de http://dominique.temple.free.fr/

Sabourin Eric (2017), Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma analise pela teoria da reciprocidade, *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, II (3). Recuperado de http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/162